



GT 05. Antropologia da Biomedicina

Coordenador(es):

Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde coletiva)

Ednalva Maciel Neves (PPGA/UFPB)

Sessão 1 - Biosaberes e biopolíticas

Debatedor/a: Débora Allebrandt (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

Sessão 2 - Adoecimentos, sistemas e cuidados em saúde

Debatedor/a: Cíntia Liara Engel (UnB)

Sessão 3 - Narrativas de parto, violência obstétrica e outras afetações

Debatedor/a: Jane Araújo Russo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este Grupo de Trabalho dá continuidade ao diálogo iniciado na III Reunião de Antropologia da Saúde, realizada em Natal/2019, desvelando uma experiência rica de pesquisadores brasileiros que apresentaram etnografias com temas instigantes calcadas em técnicas de pesquisa já consagradas e /ou inusitadas e questões reflexivas de pesquisa. Assim, a proposta é ampliar e aprofundar essa discussão a partir de trabalhos etnográficos sobre a medicina ocidental, a biomedicina, como campo de investigação, envolvendo a produção de conhecimento e tecnologias biomédicas, assim como seus efeitos na experiência coletiva e pessoal. Desta forma, o enfoque é sobre a complexa trama contemporânea do bio: mercados, tecnológicas, interpretações, apropriação de saberes e práticas, direitos e ativismos. Dentre as reflexões, pensamos em dialogar acerca: construção do saber profissional sobre o corpo, definições sobre saúde e doença, questões éticas relacionadas às biotecnologias, cuidado humanizado, comportamentos dos/das pacientes em relação à busca de diagnósticos (testes genéticos, diagnósticos por imagens) e tratamentos (tecnologias reprodutivas, cuidados paliativos) relação médico/a-paciente e diálogos com outras racionalidades terapêuticas. Igualmente contamos com os aspectos políticos, econômicos e éticos que podem animar esses debates.

Saberes biomédicos e interações neurodiversas na coprodução diagnóstica do autismo em mulheres: interseccionalidades entre deficiência, gênero e classe social

Autoria: Valeria Aydos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

No cenário de uma crescente propagação midiática sobre o autismo e da promulgação da Lei Berenice Pianna (N. 12764/2012) que o reconhece como "deficiência para todos fins legais", a flexibilidade e a complexidade da sua produção como um "diagnóstico clínico" e situado em um espectro altamente diversificado, soma-se aos debates sobre esta condição ser uma deficiência e/ou uma neurodiversidade. Nesse contexto, marcado por uma virada fisicalista (ou neurocientífica) de explicação cerebralista da condição do autismo (como biologicamente marcada no cérebro das pessoas ditas "atípicas"), sabe-se da existência de uma maior prevalência de diagnósticos em homens (5 para 1). Tal fato tem sido debatido e contestado a partir da hipótese de um "subdiagnóstico feminino", tanto por movimentos de mães e pais de autistas, quanto por ativistas mulheres que se identificam no espectro. Neste debate, ficam evidentes também as especificidades da obtenção deste diagnóstico entre os chamados "autistas de alta funcionalidade" (ou Aspergers) e a invisibilidade das pessoas de baixa renda neste grupo. A partir de uma etnografia com experts em autismo da área da saúde e com uma rede de mulheres se identificam com esta condição, esta pesquisa propõe-se a analisar como as questões de gênero e classe social se fazem presentes na produção do diagnóstico do



autismo. Mais especificamente, pretende entender como os saberes biomédicos e práticas da saúde, assim como as diferentes formas das mulheres autistas "habitarem" e agenciarem esta condição, contribuem para este possível "subdiagnóstico", atentando para os efeitos desta realidade nas trajetórias destas mulheres em busca pelo reconhecimento de sua condição e por espaços de atendimento à saúde e às políticas de inclusão. A proposta de um estudo etnográfico e microscópico sobre esta realidade visa contribuir para compreensão de como, na prática, os diversos atores envolvidos nas disputas em torno da obtenção deste diagnóstico e da construção do status nosológico do autismo coproduzem novos sujeitos, relações e sensibilidades sociais no Brasil.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: